

*Avaliação da “Proposta de Plano Institucional da Universidade de São Paulo para o Recrutamento de Estudantes Capacitados e Participantes dos Grupos Sociais Previstos no Regime de Metas do PIMESP”*

Desde o início do presente ano, quando a reitoria encaminhou às diferentes unidades da universidade a proposta de criação “Programa de Inclusão com Mérito do Estado de São Paulo” (PIMESP), estabeleceu-se uma profícua, necessária e democrática discussão a respeito dos objetivos, metas e estratégias que a USP, como principal universidade do país, deveria abraçar de forma a responder, à altura, um dos grandes desafios do momento. Tratava-se de estabelecer metas e construir caminhos para a concretização do tão almejado processo de inclusão social do aluno da escola pública e de baixa renda e, entre eles, dos chamados PPIs (pretos, pardos e indígenas, conforme denominação do IBGE), ao mesmo tempo, preservando a excelência acadêmica conquistada ao longo de décadas de liderança em pesquisa, ensino e inovação.

Com toda certeza, este é um dos grandes desafios que a USP, junto com as demais universidades paulistas, enfrenta hoje, uma vez que a questão da inclusão acadêmica, de forma ampla, é pauta prioritária das políticas universitárias nacionais e vem sendo enfrentada pelas universidades federais e órgãos de pesquisa e financiamento. Mais recentemente, o próprio CNPq incluiu, entre seus quesitos voltados para a identificação do pesquisador, questão sobre cor/raça, evidenciando como o tema tem se tornando tão incontornável, como cada vez mais comprometido com uma agenda cidadã.

O projeto PIMESP representa, pois, uma iniciativa da maior relevância, mas significa igualmente – e tendo em vista a consulta aberta à toda comunidade a que foi submetido --, um primeiro ensaio das universidades paulistas no sentido de se inserir no amplo esforço que a sociedade brasileira faz hoje, na direção da inclusão. Se fosse só para lembrar dessa faceta do projeto, a iniciativa já deveria ser devidamente comemorada.

O balanço da ampla discussão realizada em torno do PIMESP, em nossa comunidade, indica uma grande aceitação do projeto como um todo, mas, também, uma crítica contundente à ideia de implantação de um estágio de 2 anos de ensino à distância, ou semi-presencial, dedicado ao aluno de escola pública e baixa renda, e PPIs: o *college*. A proposta foi questionada, justamente, por manter este aluno alijado da vida universitária no decorrer do curso, além de não permitir que a comunidade mais ampla da USP tenha contato com modelos de vida, de cultura e de sociabilidade diferentes daqueles a que se vê habituado. Tanto, que nesse segundo documento não consta mais a introdução do *college*. Por outro lado, já no primeiro PIMESP não se definia claramente como a meta de inclusão seria lograda, indefinição que se mantém também nesse novo documento.

De toda maneira, respondendo às críticas e sugestões apresentadas pelas diferentes unidades, a “Proposta de Plano Institucional da Universidade de São Paulo para o Recrutamento de Estudantes Capacitados e Participantes dos Grupos Sociais Previstos no Regime de Metas do PIMESP” propõe, agora, novos encaminhamentos. De imediato, é fundamental valorizar o fato de que o projeto atual mantém a meta de inclusão na USP de 50% de alunos de escolas públicas e baixa renda e, entre estes, 35% de PPIs, acompanhando assim o perfil demográfico da população em nosso Estado. Na proposta mais recente, a realização da meta foi postergada para o ano de 2018, o que, em nossa opinião, revela uma avaliação objetiva, por parte dos dirigentes de nossa universidade, uma vez que se trata de avaliar as reais dificuldades para a realização dos objetivos. Uma vez que o novo documento basicamente se resume a compilar as reações vindas

das diferentes unidades da universidade, diante do primeiro PIMESP, entendemos que esta nova versão comporta-se antes como uma proposta de trabalho; um processo de discussão. Ela não possui, em nosso entender, um planejamento mais orgânico e sistemático para a aquisição da meta almejada, a despeito de introduzir algumas medidas tentando concretizar o objetivo maior; qual seja, a inclusão de alunos até hoje pouco atendidos pelas universidades paulistas.

Nesse sentido, o projeto atual lista alguns mecanismos para a implantação e ampliação da inclusão social, sendo todas iniciativas independentes entre si, quais sejam: aprimoramento e ampliação do sistema de bônus do INCLUSP e PASUSP; criação de um cursinho pré-vestibular; difusão do Embaixadores da USP, e ampliação dos locais de realização da FUVEST. Todas estas inovações e aprimoramentos de medidas já existentes, são, em si mesmas, positivas e meritórias. Cabe, no entanto, refletir se elas serão suficientes para a aquisição da meta estabelecida nesse mesmo documento.

Dentre o conjunto das iniciativas, a única que parece possuir maior impacto, já que poderá ser monitorada e avaliada sistematicamente, é o sistema de bônus já vigente, o qual será ampliado. O sistema INCLUSP/PASUSP tem certamente muitas virtudes, e organizou-se pioneiramente como mecanismo positivo de inclusão. No entanto, este mesmo sistema já mostrou que suas possibilidades permanecem aquém das metas estabelecidas. Embora funcione desde 2006, o sistema de bônus conseguiu a inclusão de apenas 24 a 28% de alunos de escola pública nas salas de aula da nossa universidade. Somados, os PPIs passaram de cerca de 7,5%, em 2000, a 14%, em 2012. Como se vê, trata-se de um índice muito aquém do perfil da participação demográfica deste segmento em nosso Estado, fato que se agrava quando consideramos que a razão matriculados/inscritos para o grupo pretos+pardos é muito maior para o segmento oriundo de escolas particulares (7,8%), em comparação com o mesmo setor oriundo de escolas públicas (5,7%). Além disso, é notório que a inclusão via bônus não atinge todas as faculdades de maneira similar. Os índices têm mostrado que nas escolas de maior competição, a inserção do aluno de escola pública e baixa renda e PPIs tem sido bem menor, o que sugere que as distorções sociais e raciais vigentes entre discentes de diferentes escolas vêm se mantendo. Nosso projeto de inclusão universitária necessariamente terá que enfrentar este espinhoso problema e propor estratégias específicas voltadas para diminuição e futura eliminação das diferenças sociais e raciais vigentes entre as diferentes escolas e institutos da USP.

Além do mais, para funcionar como alicerce de um bem sucedido programa de inclusão, o sistema de bônus precisaria receber avaliações sistemáticas, que analisassem suas possibilidades objetivas de realização da meta. Esse era, por sinal, o objetivo do primeiro programa do Includp, o qual previa que a medida seria avaliada e reorientada no decorrer de sua implementação. Só dessa forma será possível não só avaliar e adequar o mecanismo de bônus, como elaborar novas políticas nesse sentido. Por outro lado, se a meta estabelecida pelo PIMESP é 35% de PPIS, tal mecanismo de avaliação/ adequação mostra-se ainda mais urgente.

Não obstante, na atual proposta, o bônus específico para o quesito raça/cor se resume a apenas 5%. Já no PPVUSP (cursinho vestibular), proposto no mesmo projeto, aparece a meta de incluir os 35% de PPIS, demonstrando, assim, certa contradição de procedimentos, que deveria ser melhor explicitada. Por fim, ao mesmo tempo em que o novo projeto reconhece a necessidade de inclusão étnico-racial, ele não enfrenta a questão, em suas propostas mais efetivas. Uma universidade de porte da USP, que detém tal responsabilidade social, quando chamada a responder aos desafios da inclusão universitária, necessita reagir à altura, gerando um projeto de alto nível e que atenda necessidades acadêmicas e sociais.

Acreditamos, pois, que a comunidade acadêmica precisa dar continuidade à discussão em pauta, e já iniciada com a primeira consulta, uma vez que ainda se faz premente a realização de amplo debate que subsidie a construção de um projeto de inclusão realisticamente implementável e estrategicamente adequado à obtenção das metas dispostas no novo Plano Institucional.

Gostaríamos de destacar, ainda, o papel que nossa faculdade – a FFLCH – tem desempenhado, envolvendo-se de maneira sistemática e consistente no debate sobre os projetos de inclusão social e étnico-racial ora apresentados; criando uma “Comissão para Discussão das Cotas Raciais”; realizando alentadas discussões em seus departamento, CPGs e outros fóruns; e apresentando uma avaliação aprofundada e responsável sobre a questão da inclusão universitária.

Vale frisar que, em nossa faculdade, encontram-se grandes especialistas no estudo da questão da raça e cor na história e na sociedade brasileira atuais. Acreditamos, pois, que alguns desses pesquisadores ajudariam nessa tarefa se fossem incluídos mais diretamente nesse trabalho conjunto, voltado para o estabelecimento dos projetos de inclusão em nossa universidade.

Existem, com certeza, professores interessados e investigadores especializados em outras unidades da USP, que poderiam igualmente ser chamados para unir esforços na comissão que vêm elaborando essas propostas, dando a ela o perfil interdisciplinar que necessita apresentar.

Decerto, a participação de estudiosos do tema muito contribuirá no processo de construção desse projeto socialmente justo e academicamente viável de inclusão universitária.

Lilia Moritz Schwarcz (Departamento de Antropologia)

Maria Helena P. T. Machado (Departamento de História)

Vagner Gonçalves (Departamento de Antropologia)